

TRAMA GOLPISTA

Fux e Moraes trocam afagos

Os ministros têm divergido sobre a competência do STF para julgar o caso, mas enfatizaram que são amigos e se respeitam

» LUANA PATRIOLINO

Duas sessões após o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), ser voto vencido sobre a competência da Primeira Turma em julgar a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre a tentativa de golpe de Estado, o magistrado e o ministro Alexandre de Moraes trocaram elogios na Corte. A sessão de ontem tornou réus os integrantes do chamado “núcleo da desinformação”.

Fux criticou publicações que, segundo o magistrado, dizem que ele está atuando de forma a contrapor ou “fazer frente” a Moraes na análise da denúncia. O ministro declarou que tais afirmações são “completamente dissonantes da realidade”.

“Se alguma coluna apurou que eu estou aqui para fazer alguma frente ao ministro Alexandre Moraes, apurou muito mal. Porque, na verdade, eu estou aqui mantendo pontos de vista que me parecem que são os adequados à luz da minha visão de direito penal”, ressaltou.

Na sessão, a Primeira Turma rejeitou todas as chamadas “questões preliminares” das defesas do núcleo 4. Os advogados questionaram a competência do colegiado em analisar o caso e alegaram a suspeição de Moraes.

Apenas Fux divergiu dos demais integrantes sobre a competência da Turma em julgar o caso. Nas outras preliminares apresentadas, ele acompanhou integralmente o colegiado. Moraes disse que se sente “magoado” com os pedidos de suspeição apresentados.

“Fico extremamente magoado, porque, quando surge o

Rosinei Coutinho/STF



Moraes: “Querem fazer intriga” e “transformar o STF na Revista Caras”

nome do ministro Fux, ninguém pede a suspeição dele. Quando aparece o meu nome, são 868 pedidos de suspeição. Suspeito é quem está pedindo a minha suspeição. É impressionante”, disse Moraes.

O relator enalteceu o trabalho sério da imprensa, mas afirmou que alguns querem “transformar” o STF em uma revista de celebridades. “Até aproveito as falas do ministro Fux para cumprimentar a imprensa, aqui presente, parabenizar a imprensa pelo trabalho, ministro Fux; 99,9% do trabalho da imprensa é esse trabalho sério

Cirurgia no ombro

Moraes se recupera de uma cirurgia no ombro direito, após romper um tendão, e fez piada da situação: “É bom ter dito isso porque, se não, aguardando consenso entre os outros estados. Com o cenário internacional que se desenha, se faz ainda mais urgente a adoção dessa medida.

Rosinei Coutinho/STF



Fux: “O que há aqui não é discórdia, o que há aqui é dissenso”

de todos aqueles que estão aqui”, declarou.

“Alguns querem transformar o Supremo na Revista Caras. Então, tiram foto da minha gravata, do terno do ministro Flávio Dino. Querem fazer intriga e, obviamente, como Vossa Excelência disse, isso não é levado em conta aqui. Porque é um órgão exatamente para cada um debater, discutir e apontar a sua posição. Então, ministro Fux, vão ter que fazer muito mais para me colocar contra Vossa Excelência e vice-versa.”

Para Fux, cabe ao plenário do

STF julgar casos criminais, e não à Primeira Turma. O magistrado foi contra uma mudança no regimento da Corte sobre esse tema no fim de 2023. Ele disse que a divergência representa um “dissenso” e não uma “discórdia”. Enfatizou que ambos mantêm uma relação de amizade desde antes da entrada do colega no STF, e que “respeita muitíssimo o seu trabalho” como relator do inquérito do golpe. “Um trabalho que foi minucioso, extremamente robusto, que demorou muito tempo, sem prejuízo das suas outras atividades”, destacou.



Esses dissensos em relação à matéria jurídica fazem parte da vida de um colegiado, mas, ainda assim, mantemos entre nós respeito, lealdade, e no caso específico do ministro Alexandre já nos conhecemos há muito mais tempo e temos amizade”

Luiz Fux, ministro do STF



O tribunal é um órgão colegiado exatamente para cada um debater, discutir e apontar a sua posição. Então, ministro Fux, vão ter que fazer muito mais para me colocar contra Vossa Excelência e vice-versa”

Alexandre de Moraes, ministro do STF

Informe Publicitário

NO MUNDO, GUERRA COMERCIAL. NO BRASIL, SUBSÍDIOS AO E-COMMERCE ESTRANGEIRO

Indústria e varejo reivindicam apenas igualdade tributária para preservar os empregos no Brasil

Enquanto o mundo vive uma guerra comercial sem precedentes, marcada por sobretaxas e medidas protecionistas adotadas por grandes potências como os Estados Unidos, o Brasil segue na contramão: aqui, empresas estrangeiras ainda desfrutam de benefícios fiscais que não se aplicam às companhias que produzem, empregam e geram renda em território nacional.

O caso mais gritante ocorre no comércio digital. Atualmente, plataformas internacionais de e-commerce — majoritariamente asiáticas — despejam mais de um milhão de pacotes por dia no Brasil, e com carga tributária bem inferior à aplicada ao setor produtivo nacional. Até agosto de 2024, essas encomendas contavam com isenção total de Imposto de Importação para compras de até US\$ 50, o que representava 90% das operações dessas plataformas.

Em um avanço importante, o Congresso Nacional aprovou — e o governo sancionou — a criação de uma alíquota de 20% para essas importações. Mesmo assim, as plataformas internacionais ainda pagam apenas 17% de ICMS na maioria dos estados, o que resulta em uma carga total de cerca de 45%, frente à média de 90% cobrado das empresas brasileiras do varejo e da indústria, que geram emprego e renda aqui. Ou seja, há um imenso benefício fiscal para plataformas que não produzem um posto de trabalho no país. Dessa forma, o estado brasileiro está subsidiando a criação de vagas em países asiáticos, ao invés de beneficiar a própria população.

Buscando equilibrar esse cenário, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) aprovou, em dezembro de 2024, um convênio que permite aos estados elevar de 17% para 20% a alíquota de ICMS incidente sobre essas compras internacionais.

Nove estados tomaram a corajosa decisão de adotar a medida, mostrando o comprometimento com a defesa do emprego e da competitividade local. No entanto, a maioria dos governadores ainda não implementou o ajuste, alegando discordância ou aguardando consenso entre os outros estados. Com o cenário internacional que se desenha, se faz ainda mais urgente a adoção dessa medida.

É importante esclarecer: não se trata de aumento de imposto, mas de correção de uma distorção tributária que penaliza quem produz no Brasil. Caso os estados prefiram não elevar a alíquota, uma alternativa coerente seria aplicar o mesmo percentual de 17% também aos produtos nacionais, garantindo condições mínimas de concorrência. Vale ressaltar que não estamos pedindo privilégios, mas igualdade.

Eventuais iniciativas que tenham por objetivo revogar a nova alíquota de 20% de Imposto de Importação representam um enorme retrocesso. Isso ocorre num momento em que os Estados Unidos — destino tradicional de muitas dessas exportações — têm endurecido sua política tributária em relação às plataformas estrangeiras com alíquotas muito elevadas. Sem espaço nos EUA, esses produtos tendem a ser direcionados a outros países, em especial ao Brasil, agravando ainda mais a pressão sobre o varejo e indústria nacionais.

O risco é real e iminente: se nada for feito, a tendência é de crescimento acelerado da presença dessas plataformas no país, ameaçando diretamente os 18 milhões de empregos gerados pelo setor produtivo nacional, incluindo os mais de 1,7 milhão de postos de trabalho da cadeia têxtil e de confecção — setor que representa 5,7% do PIB industrial brasileiro.

Esse ecossistema envolve desde grandes empresas até 140 mil microempreendedores individuais, dos quais mais da metade são mulheres, sendo 75% responsáveis por sustentar suas famílias, além de movimentar a economia local e promover a inclusão social.

O setor produtivo nacional não pede por benefícios fiscais ou protecionismo. Quer apenas igualdade de condições para competir. As empresas brasileiras seguem comprometidas com a responsabilidade social, a inovação, a diversidade e a sustentabilidade. Cumprimos nossos deveres, respeitamos a legislação e investimos no futuro do Brasil.

Diante desse cenário, é urgente que o Governo Federal avance na alíquota para além dos 20% do Imposto de Importação, de forma a equiparar aos mesmos 35% pagos pelo varejo têxtil no país; que os governos estaduais adotem, de forma ampla e imediata, o convênio do Confaz, elevando o ICMS das plataformas estrangeiras para 20%; e que o Congresso Nacional rejeite qualquer tentativa de retrocesso nas medidas de correção da desigualdade tributária.

É igualmente fundamental que a sociedade civil compreenda o impacto desse desequilíbrio e apoie medidas que protejam quem produz, gera empregos e impulsiona o desenvolvimento do país.

Concorrência justa exige regras iguais para todos!

Sem isso, corremos o risco de ver milhões de empregos desaparecerem. E sem empregos não há consumo. As importações são muito bem-vindas, desde que haja condições iguais de concorrência.

